

JORNAL DO COMÉRCIO

Jornal carioca diário fundado em 1º de outubro de 1827 por Pierre René François Plancher de La Noé. Mantendo em seu título a grafia original *Jornal do Commercio*, é um dos mais antigos órgãos de imprensa da América Latina ainda em atividade. Durante toda a sua existência, pautou-se por uma orientação conservadora.

O PERÍODO IMPERIAL

Editor de Voltaire, Chateaubriand e Benjamin Constant e bonapartista convicto, o tipógrafo parisiense Pierre François René Plancher (1764-1844) foi perseguido na França quando a Restauração levou Luís XVIII ao trono. Em 1824, Plancher emigrou para o Brasil acompanhado por mestres de artes gráficas trazendo na bagagem livros, prelos de ferro, caixas de tipos e outros materiais tipográficos. Quando desembarcou no porto do Rio de Janeiro, o governo brasileiro, prevenido pela Legação da França, que o acusava de falsário, aguardava-o com um decreto de expulsão. Plancher provou sua inocência, conseguiu a revogação do decreto, tornou-se amigo do imperador **dom Pedro I** e instalou sua gráfica e loja à rua dos Ourives nº 60, atual Miguel Couto, mais tarde transferida para a rua do Ouvidor nº 80, obtendo a permissão de usar o título A Imperial Tipografia — Impressor Imperial. Iniciou suas atividades imprimindo folhinhas, leis, livros e papéis avulsos, comercializados na loja da casa, onde também vendia livros franceses que “contribuíram para a formação da cultura política da jovem nação”, segundo a *História geral da civilização brasileira*, coordenada por Sérgio Buarque de Holanda (tomo II, v. 1, p. 183). A 28 de junho de 1824, Plancher lançou o jornal *O Espectador Brasileiro*, cujo primeiro número se constituiu numa profissão de fé na monarquia constitucional e no qual escrevia sob o pseudônimo de “um francês brasileiro”. *O Espectador* deixou de circular a 23 de maio de 1827, por divulgar carta de um colaborador em defesa do ministro da Guerra, o brigadeiro João Vieira Carvalho, então conde de Lajes e mais tarde marquês, considerada insultuosa aos membros da Assembleia Geral do Império.

Quando, a 1º de outubro desse mesmo ano, lançou o *Jornal do Comércio*, Plancher restringiu-se aos assuntos comerciais e econômicos. Com quatro páginas de 21cm de largura por 30cm de altura em nota de 17 linhas, o novo órgão informava na primeira página: “Esta folha exclusivamente dedicada aos senhores negociantes conterà diariamente

tudo o que diz respeito ao comércio, tanto em anúncios, como em preços correntes exatos de importação e exportação, entrada e saída de embarcações etc. etc.” Na última linha da última página do jornal constava o nome do filho de Pierre, Émile-Seignot Plancher, de apenas 16 anos, para demonstrar que o programa do *Jornal do Comércio* era diverso de *O Espectador*, embora fosse o seu sucessor.

A 16 de julho de 1828, o título do jornal passou a ser *Jornal do Comércio, Folha Comercial e Política*. Entre os colaboradores desse período destacam-se José Clemente Pereira e Felisberto Caldeira Brant Pontes Oliveira e Horta, o marquês de Barbacena. A parte econômica ainda predominava, mas Plancher envolveu-se nas questões políticas do fim do Primeiro Império. Embora grato a Pedro I, considerou que o imperador fazia concessões aos interesses portugueses e passou à oposição.

Ao lado do jornal *Aurora Fluminense*, de Evaristo da Veiga, o *Jornal do Comércio* participou da propaganda do movimento que levaria Pedro I a abdicar, no dia 7 de abril de 1831, em favor de seu filho Pedro, de cinco anos de idade. Na linha da sua posição antilusitana, no dia 11 de agosto de 1830 o jornal publicou carta em defesa de uma política de colonização discriminatória aos portugueses, pedindo ao governo a emigração de naturais de outros países europeus. A reação da colônia obrigou Plancher a retratar-se e até a mudar o nome do jornal, que a partir do dia 12 de agosto daquele ano passou a chamar-se *Diário Mercantil*, ou *Novo Jornal do Comércio*. No entanto, em 4 de abril de 1832, quando anunciou a tentativa de golpe militar contra a Regência, o órgão já circulava com seu título original.

Com a ascensão de Luís Filipe ao trono da França, após a revolução que derrubou Carlos X em 1830, Pierre Plancher resolveu retornar ao seu país. Em 1832, vendeu o *Jornal do Comércio* a Junius Villeneuve (1804-1863) e Réol Antoine de Mougénot por 52 contos e 64 mil réis. Aos 28 anos de idade, o francês Villeneuve pediu a Plancher que permanecesse na empresa por mais dois anos até que, mais experiente, estivesse em condições de dirigir sozinho o negócio. Em 1834, Plancher voltou para a França; o jornal adotou nova razão social, e em 1835 Mougénot desistiu da sociedade com Villeneuve. A 7 de maio de 1836, o jornal passou a ser impresso num prelo mecânico, importado da França, o primeiro instalado na América do Sul. Até então a impressão consumia dez horas de trabalho em dois prelos de ferro manuais; com o novo, levava apenas duas horas, e o jornal podia ser

entregue aos assinantes às seis horas da manhã.

No fogo cruzado dos jornais partidários da época, o *Jornal do Comércio*, sob a direção de Villeneuve, era criticado por não emitir opinião, preocupado mais em informar sobre os assuntos do comércio e os atos oficiais do que em opinar. No entanto, a notícia publicada muitas vezes mostrava toda a crueldade do sistema escravagista, como no caso do relato do enforcamento do escravo Manuel de Moçambique — que havia assassinado um caixeiro e ferido a faca seu patrão — na edição de 5 de maio de 1836. Mas a orientação do jornal estava voltada para os interesses dos empresários do setor comercial; Junius Villeneuve integrou o grupo de homens de negócio que estabeleceria em 1834 a Associação dos Assinantes da Praça do Comércio, mais tarde Associação Comercial do Rio de Janeiro, instituição com a qual o *Jornal do Comércio*, no correr do tempo, manteve as melhores ligações.

Em 1840 Villeneuve naturalizou-se brasileiro, mas em 1844 retirou-se para a França, deixando o jornal aos cuidados de Francisco Antônio Picot (1811-1902). Nascido na Áustria de família francesa, Picot veio para o Brasil e aqui se naturalizou. Homem de cultura — traduziu as *Odes* de Horácio para o português — e dotado de senso prático, tornou-se sócio de Villeneuve a 1º de maio de 1837 e mais tarde seu genro. No Segundo Império, sob a direção de Picot, o jornal aos poucos deixou a forma e aspecto de informativo dos assuntos comerciais e econômicos para transformar-se num jornal de grande formato, influente junto à opinião pública.

Na edição do dia 20 de julho de 1841, a primeira página estampou uma ilustração a bico de pena com a imagem de dom Pedro II “no dia da sua coroação e sagração” e a partir de então passou a publicar na íntegra os atos do Executivo e os debates parlamentares. **Em 1847, o título do jornal apareceu pela primeira vez com a tipologia gráfica utilizada ainda hoje, com pequenas modificações de serifa, mas ainda mantendo o ponto final: *Jornal do Commercio*.**

Entre os redatores e colaboradores da época, destacava-se José Maria da Silva Paranhos, futuro visconde de Rio Branco, que em 1851 publicaria em suas páginas a coluna “Cartas a um amigo ausente”. A publicação das Cartas estabeleceu a reputação de Paranhos como estudioso dos problemas nacionais. Honório Hermeto Carneiro Leão, futuro marquês do Paraná, foi buscá-lo, sem conhecê-lo pessoalmente, no *Jornal do Comércio*, para secretariar

a missão que chefiaria no rio da Prata, durante a qual estruturou a política do Império contra Rosas. Terminados aqueles trabalhos, Paranhos seria nomeado para a difícil missão de ministro residente do Brasil em Montevidéu.

Nesse período, também trabalharam no *Jornal do Comércio* Augusto de Castro, Joaquim Manuel de Macedo, José Joaquim Vieira Souto, Henrique Villeneuve, Leonardo Caetano de Araújo, Jaime Seguíer, Francisco Otaviano, Justiniano José da Rocha, Manuel Odorico Pinheiro Guimarães, o poeta Gonçalves Dias, então redator parlamentar, Ferreira de Meneses, o barão Homem de Melo, Xavier Pinheiro, João Francisco Lisboa, Sant'Ana Néri e Joaquim Nabuco. E o jornal publicava artigos de escritores portugueses como Gervásio Lobato, Pinheiro Chagas, Guilherme de Azevedo, Augusto de Castro, Guerra Junqueiro e Oliveira Martins.

Em 15 de janeiro de 1852, Picot mudou-se para Paris deixando na redação uma equipe eficiente de colaboradores, o que lhe permitiu dirigir o jornal a distância, durante 38 anos, através de correspondência. Nas centenas de cartas enviadas, ele orientava a administração e os chefes da redação do período: Manuel Moreira de Castro, Carlos Emílio Adet, Luís Joaquim de Oliveira Castro e João Carlos de Sousa Ferreira, redator-chefe de maio de 1888 a 15 de outubro de 1889.

A 6 de setembro de 1853, dia da queda do primeiro gabinete chefiado por Joaquim José Rodrigues Torres, futuro visconde de Itaboraí, o jornal, além de anunciar aquele fato político, publicou reportagem sobre a primeira viagem de trem no Brasil, quando Irineu Evangelista de Sousa, futuro barão de Mauá, levou um redator do *Jornal do Comércio* e alguns diplomatas para uma curta viagem (durou apenas quatro minutos) no trecho então concluído da ferrovia ligando o Rio de Janeiro à raiz da serra de Petrópolis, que seria inaugurada oficialmente a 30 de abril de 1854.

Na edição de 18 de dezembro de 1855, o jornal fez um balanço da epidemia de cólera-morbus no Rio de Janeiro e registrou a morte de 3.968 pessoas; naquela edição o título já havia perdido o seu ponto final. A partir de 1860, o *Jornal do Comércio* introduziu novas modificações, entre as quais a coluna “A pedidos”, em que determinados assuntos eram debatidos pelos vários interessados. Ali iniciada, a luta pelo abolicionismo encontrou respaldo na direção, embora contrariando alguns setores das elites agrárias das quais o periódico era porta-voz. Em meados do século XIX, o jornal era o “único dos jornais

brasileiros que desde o seu distante nascimento jamais compactuaria com o tráfico negreiro e com o trabalho cativo”.

No dia 17 de fevereiro de 1865, sua primeira página estampou o mapa do teatro da guerra com o Paraguai e a cobertura das operações bélicas apareceu em noticiário minucioso e realista, baseado em correspondência expedida da frente de combate, revelando o lado mais cruel da guerra. A partir de 1866, o jornal passou a publicar uma série de artigos de Perdigão Malheiros, presidente do Instituto dos Advogados, sugerindo uma solução para o problema da escravatura que não seria muito diferente da vitoriosa, com a Lei do Ventre Livre, proposta pelo visconde do Rio Branco e promulgada em 28 de setembro de 1871. No momento em que tal lei completou seu sexto aniversário, o *Jornal do Comércio* fazia um balanço da situação, argumentando que, “após a experiência adquirida nesse período que já não é demasiado curto, verifica-se que os terrores que essa lei produziu no decurso de sua gestação tinham mais fundamento nas sugestões do patriotismo que no sentimento da realidade”. Em seguida, acrescentava que “tínhamos uma individualidade política, mas o edifício social repousava sobre a mais funesta das instituições, funesta mais ainda aos senhores do que aos escravos, último elo que nos prendia a uma ordem de coisas que havíamos repudiado em 1822”.

O primeiro cabo submarino ligando a Europa à América do Sul atingiu a costa brasileira no início de 1874, e a partir de 1º de agosto o serviço telegráfico Reuter-Havas passou a ser publicado no *Jornal do Comércio*, dando atualidade ao noticiário internacional e dos estados do Norte e Nordeste. Em 1880, Carlos de Laet começou a escrever a coluna “Microcosmo”, de grande prestígio na época. Ao mesmo tempo, o jornal atraía os leitores apresentando em rodapé romances estrangeiros em capítulos. Entre eles, *Os miseráveis*, de Vitor Hugo, publicado simultaneamente no Brasil e na França, e outros de autores como Alexandre Dumas, Ponson du Terrail, Émile Zola, Eugène Sue e Xavier de Montépin. Novelas de autores nacionais também apareceram em forma de capítulos diários no jornal, como *A moreninha* e *O moço louro*, de Joaquim Manuel de Macedo. Mais tarde, em 1911, o jornal publicou o romance *Triste fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto.

A PRIMEIRA REPÚBLICA

No ano de 1889, o *Jornal do Comércio* era considerado pelo jornalista francês Max Leclerc, correspondente no Rio de Janeiro de um jornal parisiense, um dos dois grandes jornais da capital do país, sendo o outro *A Gazeta de Notícias*. Mas com a proclamação da República, Francisco Picot e Júlio Constâncio de Villeneuve, filho de Junius, que seguira a carreira de diplomata, recebera o título de conde e era monarquista fiel ao imperador Pedro II, resolveram vendê-lo a José Carlos Rodrigues (1844-1923), correspondente do jornal nos Estados Unidos desde 1868 e depois em Londres, de 1882 a 1890.

José Carlos Rodrigues fundara nos Estados Unidos dois periódicos publicados em português e dedicados a assuntos brasileiros: *Novo Mundo* (1870-1879) e *Revista Industrial* (1878-1879). Visitou o Panamá, e aí escreveu reportagens criticando os planos de Ferdinand Lesseps para construir um canal ligando o Atlântico e o Pacífico e demonstrando que a empresa do francês estava falida; na sua opinião, só o governo americano teria condições de realizar tal obra. Mais tarde, o presidente Theodore Roosevelt escreveu-lhe uma carta destacando a importância dos seus artigos na solução encontrada para a construção do canal. Em Londres, Rodrigues colaborou com o *Times* e o *Financial News* e prosseguiu seu trabalho de correspondente do *Jornal do Comércio* até 1890. Nesse ano intermediou o primeiro empréstimo britânico à província de São Paulo e em outubro, por instância de seu amigo Eduardo Prado, coordenou o negócio da compra do *Jornal do Comércio*, de Júlio Constâncio Villeneuve e Francisco Picot. O contrato, no valor de 3.500 contos de réis, foi assinado em Paris a 15 de outubro de 1890, sendo o capital dividido em cotas por 28 homens de negócios, reunidos, a pedido de Rodrigues, pelo conselheiro de Estado José da Silva Costa. Interessado à última hora em participar da compra ou adquirir sozinho o jornal, o político Rodolfo Dantas não encontrou quota disponível; desejoso de ter um jornal, fundou a 9 de abril de 1891 o *Jornal do Brasil*.

Sob a direção de José Carlos Rodrigues, o *Jornal do Comércio* apoiou a República, mas no governo de Floriano Peixoto passou à oposição, e seus editoriais — muitos deles inspirados ou escritos por Quintino Bocaiúva — pediam a realização de eleições. Tomou posição a favor do almirante Eduardo Wandenkolk, publicando o seu manifesto no momento em que ele se preparava para atacar o porto do Rio Grande do Sul e exortando a Marinha a seguir seu exemplo, pois era “tempo de se bater este soldado sem escrúpulos [ou seja, Floriano], que faz da traição profissão de fé”. Em 1892, publicou as “Cartas da Inglaterra”, artigos

redigidos de Londres por Rui Barbosa a respeito do caso Dreyfus, que então mobilizava a opinião pública europeia.

No quadriênio de Prudente de Moraes, o *Jornal do Comércio* voltou a apoiar o governo; um editorial, escrito pelo próprio presidente da República, criticava o deputado Francisco Glicério, líder da maioria, que não defendera a moção proposta pelo deputado J. J. Seabra congratulando-se com o presidente “pela manutenção da ordem pública e do prestígio da Constituição” após os conflitos de caráter florianista ocorridos na Escola Militar da Praia Vermelha. O editorial afirmava que Glicério não interpretava no Congresso a política do presidente da República e constituía, na realidade, grave reprimenda do presidente ao seu líder. Parte vital do jornal, na Primeira República os editoriais eram publicados sob a rubrica “Várias”, abreviação do título da seção “Várias notícias do *Jornal do Comércio*”. A expressão “Várias” foi dicionarizada como sinônimo de editorial e permaneceu nas páginas do jornal até 1997, quando foi substituída pelo título “Opinião”. Na época, o conteúdo de “Várias” expressava o pensamento da situação, quando não do próprio presidente da República, e exercia pressão sobre a opinião pública em favor dos interesses do governo.

Em 1895, sob o título “Gazetilha” destacavam-se os acontecimentos do dia no Congresso Nacional e no Conselho de Vereadores do Rio. O jornal publicava artigos de Rui Barbosa e Joaquim Nabuco e modernizava o seu sistema de captação de anúncios, que agora vinham dos pontos mais distantes do centro do Rio de então, como Gávea, Méier e Piedade. O crescimento do jornal permitiu o deslocamento de jornalistas para o palco dos acontecimentos, e em junho de 1897 o *Jornal do Comércio* mandou o repórter Manuel Benício à Bahia como correspondente de guerra em Canudos. Durante todo o mês de julho o jornalista enviou relatos minuciosos, mais tarde reunidos sob o título *O rei dos jagunços*, três anos antes que Euclides da Cunha publicasse *Os sertões*.

Propriedade da firma Rodrigues & Cia., o *Jornal do Comércio* cresceu, mas manteve seu estilo vindo do Império, conservando o grande formato, com dez a 12 páginas de 73cm de altura por 54cm de largura — maior do que a altura de alguns jornais de hoje —, colunas bem mais largas do que as atuais e matérias de grande extensão. Lido por homens de negócio, políticos, altos funcionários e a elite carioca, tratava-se então de empresa sólida, prestigiosa, com redação à rua do Ouvidor nº 95. A influência do jornal cresceu ainda mais durante o governo Campos Sales. Nesse período, o jornalista Tobias Monteiro, que

representou o jornal na viagem que o presidente da República fez à Europa, acabou por tornar-se seu secretário. Em 1899, entrou para a redação do jornal um jovem poeta piauiense, José Félix Alves Pacheco, que chegaria à posição de diretor em 1923 e seguiria carreira na vida pública, onde também se destacaria. Dois anos antes de morrer assassinado, Euclides da Cunha, natural de Cantagalo como José Carlos Rodrigues, passaria a colaborar com o *Jornal do Comércio*, ficando famosa sua crônica “Última visita”, em que descreve a agonia de Machado de Assis, em 29 de setembro de 1908, e na qual destaca a presença, ao lado da cama do escritor moribundo, de um rapazinho em lágrimas; era Astrojildo Pereira, mais tarde crítico literário, escritor e político e um dos fundadores do Partido Comunista do Brasil (PCB), em 1922.

Quando da abertura da avenida Central em 1904, o prefeito Pereira Passos insistiu com José Carlos Rodrigues para que o jornal se mudasse para a nova artéria, e reservou para a empresa um terreno na esquina da rua do Ouvidor, onde Rodrigues ergueu imponente prédio de seis andares, inaugurado a 1º de outubro de 1908. Em 1909, a empresa lançou uma edição vespertina, o *Jornal da Tarde*, que circulou até 1º de abril de 1922. Entre 1917 e 1922 publicou uma edição paulista e de 1911 a 1914 ofereceu aos leitores um encarte, o *Jornal Ilustrado*, impresso em Paris. Na mesma época, lançou o *Jornal das Modas* e o *Arquivo Judiciário*, dirigido por Edgar Costa.

O jornal manteve-se na linha sóbria e imparcial em política interna e no período inicial da Primeira Guerra Mundial também adotou política de neutralidade em relação ao conflito. Nessa época ingressou na redação a primeira mulher: Valery Landesman, contratada em 1914 como tradutora dos telegramas vindos das capitais da Europa com notícias sobre a luta.

Em 1915, aos 71 anos, José Carlos Rodrigues transferiu sua parte na firma Rodrigues & Cia. a um antigo funcionário da casa, Antônio Ferreira Botelho, português de nascimento, desde jovem empregado do jornal, que, a partir de então, permaneceria sob sua direção até 1923. Nesse ano, Ferreira Botelho passou a propriedade do jornal a Félix Pacheco (1879-1935), o redator-chefe que também se dedicara à vida pública: deputado federal pelo Piauí desde 1909, reelegera-se sucessivas vezes; seu prestígio de político e jornalista e sua obra poética a meio caminho entre o simbolismo e o parnasianismo levaram-no à Academia Brasileira de Letras em 1912, estreitando a partir de então os laços entre o *Jornal do*

Comércio e a casa de Machado de Assis; fundou e dirigiu o Gabinete de Identificação e Estatística do Distrito Federal, atual Instituto Félix Pacheco; eleito senador em 1921, renunciou ao mandato para assumir a pasta das Relações Exteriores no governo Artur Bernardes; a 16 de novembro de 1926, com a posse de Washington Luís, deixou o ministério e reassumiu a direção do jornal; na eleição de 1927, injunções da política paulista impediram-no de assumir a cadeira de senador pelo Piauí, pois o novo presidente da República preferiu favorecer o marechal Pires Ferreira, político da oligarquia piauiense ligado a São Paulo.

Ainda em 1927, o *Jornal do Comércio* comemorou seu centenário com edição especial sobre sua história, coordenada por Félix Pacheco, que em 1917 publicara uma monografia sobre Pierre Plancher. A partir daquela data, Pacheco não parou de estudar e de estimular estudos sobre a história do jornal, que culminaram com a publicação do livro *Um francês-brasileiro* em duas edições, em português (1917) e em francês (1924). A edição do centenário reuniu todas as pesquisas até então realizadas e registrou com exatidão a certidão de nascimento do jornal, datada de 1º de outubro de 1827.

Quando os políticos situacionistas dos estados da Paraíba, Rio Grande do Sul e Minas Gerais articularam na Aliança Liberal a candidatura de Getúlio Vargas contra a de Júlio Prestes, candidato do Catete, o *Jornal do Comércio* apoiou os aliancistas. Em 1929, publicou entrevista de Eptácio Pessoa, na qual o ex-presidente sugeria que se afastassem os dois candidatos à sucessão, indicando-se um terceiro, de comum acordo, para realizar um governo de união nacional. A proposta foi rejeitada, e Eptácio passou a escrever artigos com duras críticas a Washington Luís nas páginas do *Jornal do Comércio*.

Em 25 de outubro de 1930, o *Jornal do Comércio* noticiava o triunfo da revolução com a manchete: “Todo o país vibra com o grande acontecimento.” Para o jornal, a revolução fora um movimento para “contrabater a revolução odiosa que o presidente Washington Luís encabeçara desde o primeiro dia” ao cometer contra o regime “atentados que nenhum dos seus antecessores tivera a ousadia de praticar nessa medida”. As críticas incidiam especialmente no setor financeiro, afirmando que o governo acabara “no pior desastre de que há memória nos fatos econômicos da nossa terra”.

DEPOIS DE 1930

Durante o governo provisório de Getúlio Vargas, o jornal manteve o apoio ao Catete. Na Revolução Constitucionalista de 1932, seus editoriais conclamavam a população a restabelecer a ordem e a levar a efeito a reorganização nacional, tarefas impostas a todos, “governantes e governados”. E concluía afirmando que embora o jornal fosse inteiramente alheio “aos grupos e facções que se digladiam, não o era no que concerne ao bom êxito da situação inaugurada pelo grande movimento nacional de outubro de 1930”. O apoio ao governo prosseguiu, e em 1935, por ocasião dos protestos dos jornais do Rio contra o anteprojeto da Lei de Segurança Nacional — protestos estes traduzidos na suspensão da circulação por 24 horas —, o *Jornal do Comércio* foi impresso e circulou normalmente, mostrando-se favorável à citada lei.

Ainda em 1935 Félix Pacheco faleceu, e a chefia da redação e da empresa foi entregue por sua viúva, dona Dora Pacheco, ao jornalista Elmano Cardim (1891-1979). Fluminense de Valença, Cardim entrou para o jornal como revisor em 1909, aos 18 anos, e fez carreira até tornar-se redator-chefe. Em 1940 passou a sócio e praticamente dono do jornal ao receber em doação de dona Dora a metade das ações controladoras da empresa. Dias antes do golpe de novembro de 1937, o *Jornal do Comércio* extinguiu as seções “No Senado” e “Na Câmara”, que existiam desde sua fundação. Durante o Estado Novo o jornal teve problemas com a censura, e Cardim foi um dos signatários da carta coletiva que diretores dos jornais cariocas enviaram a Vargas afirmando que estavam sendo submetidos a vexames e ameaças, que não raro se concretizavam em violências e iniquidades, entre as quais “a que menos contava era a prisão e detenção sem justificativa”.

Durante a Segunda Guerra Mundial, o *Jornal do Comércio* manteve posição contrária ao Eixo, manifestando-se a favor do rompimento de relações do Brasil com a Alemanha, concretizado em 28 de janeiro de 1942. E a 30 de outubro de 1945, como era de seu estilo, a notícia da queda de Vargas só apareceu na página quatro, sem chamada na primeira, toda ocupada com o noticiário internacional. A partir de então a importância política do *Jornal do Comércio* foi gradualmente declinando; Elmano Cardim insistia em manter o formato grande e o estilo de jornalismo que vinha da Primeira República, com os redatores ainda escrevendo a mão, com caneta molhada no tinteiro, em longas “tiras” de papel que desciam para as oficinas. Enquanto isso seus concorrentes modernizavam-se e conquistavam leitores. No entanto, o *Jornal do Comércio* ainda era leitura obrigatória de empresários e

homens de negócio.

Em 1957, Cardim vendeu o controle acionário da empresa ao advogado, jurista e político Francisco Clementino de San Tiago Dantas, presidente da Comissão Jurídica Internacional, catedrático de direito civil da Faculdade Nacional de Direito e deputado federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). A circulação do jornal, embora reduzida, atingia as classes dirigentes, que San Tiago Dantas considerava carentes de esclarecimentos sobre o sentido das transformações do Brasil no pós-guerra. O jornal não pretendia publicar assuntos de interesse popular, embora San Tiago Dantas visse no seu partido uma “tentativa de encontrar nas agremiações populares a saída para a crise institucional que as supostas elites não sabiam sequer como analisar”.

San Tiago Dantas convidou Otávio Tirso de Andrade para diretor-adjunto da empresa editora do *Jornal do Comércio*, Aluísio Sales para vice-presidente, Miguel Lins para tesoureiro e Felipe Quental para superintendente-adjunto. A chefia da redação foi entregue a Luís Paulistano, cuja primeira providência foi comprar máquinas de escrever para a redação. O secretário Everardo Guilhon teve a colaboração de jornalistas jovens, mas experientes, como Carlos Castelo Branco, Heráclio Sales, Murilo Melo Filho, Pedro Gomes, Fernando Lara Resende, Sérgio Porto, Lúcio Rangel e Nadir Pereira. Naquela fase algumas “Várias” foram redigidas por Roberto Campos, mas os dois redatores contratados para escrevê-las diariamente, sob a orientação de San Tiago Dantas, eram Caio de Freitas e Emanuel de Moraes. O próprio San Tiago escrevia as mais importantes e com frequência lia, em voz alta e pausada, as suas “Várias” para os colaboradores mais próximos, pedindo opiniões e sugestões.

Com a nova equipe o velho matutino melhorou a diagramação, passou a publicar fotos, criou um caderno esportivo, um suplemento semanal sobre turfe e uma seção feminina; dinamizou a seção econômica, deu nova feição aos comentários políticos e mais vida às manchetes. No entanto, a despeito da ligação de San Tiago Dantas com o trabalhismo, o *Jornal do Comércio* era visto, na época, por setores extremados da esquerda, como integrante da imprensa “entreguista”. Em pouco tempo San Tiago Dantas definiu o perfil nacionalista do jornal, defendendo o monopólio estatal do petróleo e a Petrobras. Apoiou a construção de Brasília, ao justificar o deslocamento do centro de decisões políticas para “uma cidade situada a milhares de quilômetros do litoral”, o que modificaria de maneira

significativa a mentalidade do país.

San Tiago Dantas chegou a adquirir um novo prédio para instalar a redação do *Jornal do Comércio*, e encomendou uma rotativa moderna nos Estados Unidos, mas um incêndio, no dia 1º de outubro de 1958, data do 131º aniversário do jornal, danificou as instalações e destruiu parte do edifício-sede, que naquele dia completava meio século de existência. Sua redação e oficinas foram transferidas provisoriamente para a rua do Livramento nº 106, mas os prejuízos fizeram com que o *Jornal do Comércio*, mais uma vez, mudasse de mãos. Em 2 de abril de 1959, San Tiago Dantas vendeu o jornal a Assis Chateaubriand, que realizou assim um sonho acalentado desde a juventude — comprar o *Jornal do Comércio*. O fundador dos Diários Associados teve, porém, pouco tempo para influir no jornal: um ano depois sofreu derrame cerebral que o deixou tetraplégico; mas, incorporado aos Associados sob a direção de Carlos Rizzini, e instalado à rua Sacadura Cabral nº 103, o jornal voltou à linha editorial conservadora, mantendo a ênfase no noticiário econômico, dirigido aos empresários do Rio de Janeiro.

Em 1964, sob a direção de Moacir Padilha, o jornal apoiou o movimento militar de 31 de março, publicando o editorial “Primeiro limpar”, em que afirmava que havia valores humanos intocáveis a preservar, e que em nome deles o jornal várias vezes havia defendido “a necessidade de arrancar do mapa político do Brasil os antinacionais que o vinham desgovernando”. No dia 5 de abril de 1968 morreu Assis Chateaubriand, e os Diários Associados passaram por grave crise econômica; a redação do *Jornal do Comércio*, sob a direção de Néelson Dimas Filho, foi transferida para o prédio de arquitetura moderna, projeto de Oscar Niemeyer, à rua do Livramento nº 189, antiga sede da revista *O Cruzeiro*, onde foram reunidos os órgãos remanescentes da cadeia Associada no Rio de Janeiro, como a Rádio Tupi AM e FM e o *Diário Mercantil*.

Depois de Álvaro Costa, que dirigiu a redação por quatro anos, José Chamilete assumiu a direção em 1974. Em 1975, Ibanor Tartarotti, antigo colaborador de Chateaubriand, nascido no Rio Grande do Sul, que ocupara postos de direção dos Associados em vários pontos do país, foi nomeado diretor-superintendente. Também dirigiram a redação os jornalistas Hideo Onaga e Aluísio Biondi. Em 1980, o Condomínio Associado designou Austregésilo de Ataíde para a presidência da empresa editora do jornal, permanecendo Ibanor Tartarotti como diretor-superintendente. Aziz Ahmed foi nomeado editor-geral, tendo como

secretário Antônio Calegari. A 1º de outubro de 1991, o jornal lançou o caderno Indicadores, com 12 páginas de índices da economia nacional e do mundo, e a 9 de fevereiro de 1993 o caderno Seu Dinheiro, com reportagens e matérias sobre economia e finanças. Mais tarde, os dois cadernos seriam reunidos em um só.

Com a morte de Ataíde em 1993, Ibanor Tartarotti assumiu a presidência da empresa. Em 1995, o *Jornal do Comércio* procurou ampliar seu noticiário, para torná-lo competitivo com os outros jornais do Rio. A tentativa não obteve êxito, e em 1997, com novo projeto gráfico, o jornal voltava ao seu público tradicional, o mercado financeiro, o comércio e a indústria, sob a direção de Antônio Calegari. Entre seus colaboradores encontravam-se Carlos Heitor Cony, dom Lucas Moreira Neves, Tarcísio Padilha, Cândido Mendes, Delfim Neto, Oliveiros Litrento, Jaime Magrassi de Sá e Arnaldo Niskier. Em 1998, sua diretoria estava assim constituída: diretor-presidente, Ibanor Tartarotti; vice-presidente, Maurício Dinepi; diretor-secretário, Genilson Gonzaga; diretor-responsável, José Chamilete; e diretor de redação, Antônio Calegari.

Em 2009 o *Jornal do Comércio* tinha como diretor-presidente Maurício Dinepi, e sua redação era dirigida por Jô Galazi.

Carlos Eduardo Leal/Cícero Sandroni

FONTES: CALDEIRA, J. *Mauá*; DIMAS FILHO, N. *Jornal*; *Encic. Delta*; *Encic. Mirador*; INF. Antônio Calegari; INF. Fernando Segismundo; INF. José Chamilete; *Jornal do Comércio*. Disponível em: <<http://www.jornaldocomercio.com.br/>>. Acesso em: 20/11/2009; SANDRONI, C. & SANDRONI, L. *Austregésilo*; SODRÉ, N. *História*.